

Lula defendeu combate à pobreza na Amazônia diante da proposta de frear projetos de petróleo

Diante da proposta do presidente da Colômbia, Gustavo Petro, de interrupção de novos projetos de petróleo na Amazônia, o presidente Lula (PT) disse ao mandatário do país vizinho que a prioridade é combater a pobreza na região, aliada ao combate ao desmatamento. O petista não sinalizou apoio à proposta da Colômbia.

As posições manifestadas por Lula a Petro foram relatadas à Folha de S.Paulo por fontes do governo que acompanharam o encontro entre os dois presidentes. Elas pediram anonimato.

Os chefes dos Executivos se encontraram no último sábado (8) em Leticia, cidade da Colômbia colada em Tabatinga (AM), na tríplice

fronteira que inclui o Peru.

Lula foi à região a convite de Petro. Os dois tiveram uma reunião bilateral fechada e, em seguida, participaram do encerramento da reunião técnico-científica da Amazônia, que contou também com os ministros do Meio Ambiente ou representantes dos oito países da OTCA (Organização do Tratado de Cooperação Amazônica).

Além da reunião científica, o encontro em Leticia serviu para negociações diplomáticas sobre a declaração conjunta a ser adotada na Cúpula da Amazônia, marcada para 8 e 9 de agosto, em Belém. A cúpula deve reunir os presidentes dos países da OTCA. Foi no contexto dessas negociações que a Colômbia fez três propostas: abandono

de novos projetos de exploração de petróleo na Amazônia; zerar garimpos ilegais na região até 2030; e zerar o desmatamento até 2030.

Segundo fontes que acompanharam o encontro de Lula e Petro, o brasileiro disse que o assunto é tratado internamente, levando em conta a proteção da Amazônia. O petista disse que as ações focarão no combate ao desmatamento, e que a prioridade é o combate à pobreza na região.

No discurso lido no encerramento da reunião técnico-científica, Lula não mencionou a questão do petróleo, afirmou que o restante do mundo desconhece a Amazônia urbana e citou o compromisso do Brasil em zerar o desmatamento do bioma até 2030.

Vinicius Sassine/Folhapress



Economia

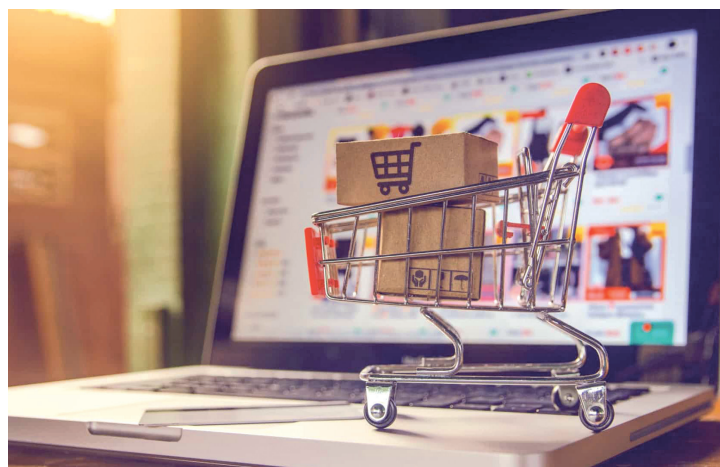


Zona Franca de Manaus terá R\$ 1,6 bilhão em novos investimentos

Página - 03

Nova regra de importação liga alerta em consumidores e empresas brasileiras

Página - 03



Primeira Unidade de Agricultura e Pecuária é inaugurada em Mato Grosso

Página - 05

ApexBrasil lança projeto para promover exportações de farelo de milho

Página - 05



Política

Lula diz que não adianta olhar apenas o PIB e fundos não são para fazer superávit

Página - 04

Simone Tebet diz que setor de serviços virou 'pedregulho' no caminho da tributária

Página - 04

No Mundo

Coreia do Norte testa míssil nuclear durante reunião de rivais com a Otan



A Coreia do Norte aproveitou a presença de seus rivais Coreia do Sul e Japão na cúpula da Otan, a aliança militar liderada pelos Estados Unidos, para fazer o mais longo teste de um míssil intercontinental com capacidade de atingir todo o território norte-americano com ogivas nucleares.

O lançamento ocorreu na costa leste do país, gerando alarme no Japão. Segundo o chefe de gabinete do governo em Tóquio, Hirokazu Matsuno, o míssil voou por 74 minutos, atingindo uma altitude de 6.000 km e uma distância de 1.000 km, caindo no mar.

Isso coaduna com o de-

sempenho do Hwasong-18, o primeiro míssil balístico intercontinental de estágio sólido da Coreia do Norte, testado pela primeira vez em abril. Ele pode atingir alvos a cerca de 13 mil km quando em trajetória ajustada, ou seja, qualquer lugar na Europa, Ásia, Oceania, Oriente Médio, Norte da África e América do Norte.

Sua grande vantagem é que, por usar combustível sólido, dispensa o lento processo de abastecimento. Disparado de lançadores móveis, é mais furtivo e rápido de operar.

O disparo vem na sequência do pior fracasso do programa de mísseis da ditadura de Kim Jong-un, o lançamen-

to abortado do primeiro satélite espião do país, em maio. Houve apenas alguns lançamentos de menor alcance desde então. E, claro, foi feito para coincidir com a cúpula da Otan, que acabou na quarta em Vilnius, capital lituana.

Nela estão como convidados de honra o premiê japonês, Fumio Kishida, e ao presidente sul-coreano, Yoon Suu-yeol. Eles, com os colegas australiano e neozelandês, foram chamados pela segunda vez seguida como uma sinalização da disposição da aliança de atuar no Indo-Pacífico, uma premissa básica da Guerra Fria 2.0 de seu sócio majoritário, os EUA, contra a China.

Igor Gielow/Folhapress

Sem adesão, Zelenski pede mais armas para a Otan

O presidente da Ucrânia, Volodimir Zelenski, voltou a criticar na quarta (12) a falta de um cronograma de adesão à Otan, agora em uma entrevista ao lado do secretário-geral da aliança militar ocidental, Jens Stoltenberg. Mas baixou o tom da véspera e, conformado, disse que lhe faltam armas de longa distância para combater a invasão russa, iniciada há 504 dias.

“Nós não vemos nenhum dos membros da Otan aqui em guerra, que estejam morrendo, sofrendo, defendendo seu próprio país. Por isso entendemos que as melhores garantias para a Ucrânia são estar na Otan”, disse Zelenski.

Na terça (11), ele havia dito antes de viajar para a reunião de cúpula da Otan em Vilnius (Lituânia) que a falta de um cronograma ou convite formal para ingressar no clube de 32 membros liderado pelos EUA era “um absurdo”.

Ao longo do dia, quando ficou claro que a pressão não ia resultar em nada além de mais promessas e ajuda militar em um comunicado

formal, Zelenski foi assumindo uma postura menos aguerrida, agradecendo a ajuda dos aliados que sustentam seu esforço contra as forças de Vladimir Putin. Nesta quarta, o tom conformista foi dado.

“Ninguém quer uma guerra mundial, nós somos civilizados boas pessoas. Entendemos, é absolutamente claro” que não é possível entrar na Otan estando em guerra, disse Zelenski. “Claro que garantias, documentos, encontros de conselho são importantes, mas a tarefa mais importante agora é assegurar armas suficientes para o presidente Zelenski e suas Forças Armadas”, afirmou o norueguês Stoltenberg, recém-conduzido a mais um ano no cargo que ocupa desde 2014.

O secretário-geral voltou a dizer que a “a Ucrânia está mais perto do que nunca” da Otan, ressaltando a criação do conselho entre a entidade e o país em guerra, além do fato de que foi removido um instrumento chamado MAP, que obriga anos de análises de eventuais acessos ao clube.

Igor Gielow/Folhapress

União Europeia aprova legislação robusta para proteger natureza e combater crise climática



O Parlamento Europeu aprovou na quarta-feira (12) um plano robusto para proteção do ambiente e combate à crise climática. O projeto faz parte do chamado Acordo Verde Europeu, que busca estabelecer a meta de biodiversidade mais ambiciosa do mundo e tornar o bloco uma referência global.

O plano estabelece metas obrigatórias para preservação de espécies. Também prevê a reabilitação de pelo menos 20% dos ecossistemas terrestres e marinhos degradados na UE (União Europeia) até 2030.

O projeto foi aprovado

com 336 votos a favor, 300 contra e 13 abstenções. A votação apertada em Estrasburgo, na França, expôs divergências no bloco após meses de debates e de campanha política. Agora, os países da UE devem negociar o texto final os legisladores esperam chegar a um acordo antes da eleição do Parlamento Europeu, marcada para junho de 2024.

O Partido Popular Europeu, o maior grupo do Parlamento Europeu, liderou uma campanha para vetar o plano, alegando que a aprovação do texto prejudicaria os agricultores e colocaria em risco a segurança alimentar.

“Restaurar a natureza não

deve significar a morte de toda a produção econômica, industrial, florestal e agrícola da Europa”, disse a deputada conservadora francesa Anne Sander, que faz parte do grupo. “Podemos reduzir nossas emissões, mas nossos alimentos terão de ser importados de todos os cantos do mundo, onde os padrões de produção estão muito distantes dos nossos”, acrescentou.

Sander também criticou um trecho do texto que determina a reserva de 10% das terras agrícolas para “elementos paisagísticos diversos”, algo que, segundo ela, põe em risco a segurança alimentar do bloco.

Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Zona Franca de Manaus terá R\$ 1,6 bilhão em novos investimentos



A Zona Franca de Manaus receberá aproximadamente R\$ 1,6 bilhão em novos investimentos, o que poderá resultar na geração de mais de 1,6 mil novos empregos. Segundo o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, o valor terá como destino novos empreendimentos na ampliação das instalações de indústrias já existentes.

O anúncio foi feito na quarta-feira (12) durante o programa Bom Dia, Ministro, produzido pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

“Eu quero trazer uma boa notícia sobre a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Sufzama): teremos perto de R\$ 1,6 bilhão de investimentos novos. Em novas

fábricas ou na ampliação de indústrias já existentes”, disse Alckmin ao ressaltar o interesse do governo em manter o Polo de Manaus, responsável por mais de 100 mil empregos diretos na região.

Durante o programa, Alckmin informou que a assinatura do contrato de gestão do Centro de Bionegócios da Amazônia (CBA) está prevista para o dia 25 de julho.

“Assinaremos em Manaus o primeiro contrato de gestão com uma Organização Social [Fundação Universitárias de Estudos Amazônicos], com a interveniência do Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo. Nosso objetivo é fazer com que a biodiversidade amazônica vire renda, emprego, empresas e negócios”, explicou o ministro ao destacar o poten-

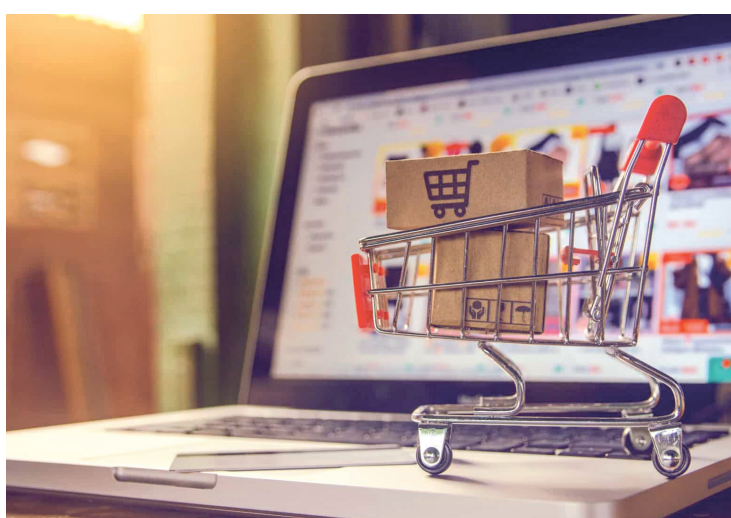
cial da região para indústrias como as farmacêuticas; de cosméticos e de alimentos.

O decreto presidencial que qualificou a organização social responsável por gerir o CBA foi assinado em maio pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sob a justificativa de agregar valor e impulsionar novos negócios a partir dos recursos naturais que são encontrados na Amazônia. Até então, o CBA era chamado de Centro de Biotecnologia da Amazônia.

Desde então, o CBA passou a ter um núcleo de negócios com atuação em duas frentes. A primeira, voltada a pesquisas que resultem em produtos de “prateleira” que integrem o portfólio do centro, serão oferecidos a potenciais investidores.

Pedro Peduzzi/ABR

Nova regra de importação liga alerta em consumidores e empresas brasileiras



As novas regras de tributação para compras internacionais acenderam um alerta em consumidores e no setor varejista brasileiro, mas por motivos diferentes.

Para o público que consome produtos com frequência em plataformas como Shein e Shopee, o temor é pelo aumento dos preços. É que além do imposto de importação federal de 60% -como já ocorre hoje em dia- representantes dos estados anunciaram que compras internacionais acima de US\$ 50 terão a cobrança de uma alíquota fixa de ICMS.

Segundo anúncio feito pelo Comsefaz no dia 2 de junho, a alíquota será estabelecida em 17%. Antes, o percentual variava em cada unidade federativa. Outra pre-

Setor de serviços cresce em maio 0,9%, revela o IBGE

O setor de serviços, o que mais emprega na economia, apresentou crescimento de 0,9% em maio, na comparação com abril. Os dados são da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), divulgada na quarta-feira (12), no Rio de Janeiro, pelo IBGE. Em abril, o resultado tinha sido uma queda de 1,5%.

No ano, o setor, que reúne atividades como comércio varejista, transporte, imobiliárias, turismo e alimentação, apresenta alta de 4,8%. Em 12 meses, o saldo positivo é de 6,4%.

Apesar da retomada em maio, o segmento está 2% abaixo do ponto mais alto da série histórica do IBGE, alcançado em dezembro de 2022.

O setor de transportes, com alta de 2,2%, foi o que mais ajudou a puxar para cima o resultado mensal. “O transporte de cargas e o de passageiros avançaram no mês. Já sob a ótica do modal, os principais impactos para o resultado positivo vieram do

rodoviário de cargas, do aéreo de passageiros e do aquaviário de cargas”, explica – no site do IBGE – o gerente da pesquisa, Rodrigo Lobo.

Esse desempenho foi um reflexo da atividade agropecuária, que tem se mostrado um dos principais motores da economia brasileira.

“Os recordes da safra de grãos acabam influenciando os transportes, especialmente o rodoviário de cargas. Esse impacto não é de agora. A partir de maio de 2020, ainda no início da pandemia de covid-19, houve um crescimento importante desse setor, muito ligado ao aumento na produção agrícola”, diz Lobo.

Outro fator que deu força ao segmento de transportes foi um legado iniciado durante a pandemia: o uso da internet para fazer compras, que movimentou serviços de frete. Houve “o boom do comércio eletrônico, com a migração em larga escala das vendas em lojas físicas para as plataformas online”, afirma o analista do IBGE.

Bruno de Freitas Moura/ABR



ocupação está em uma possível tributação em cascata, ou seja, a cobrança de imposto sobre imposto. Produtos poderiam sofrer aplicação do ICMS estadual sobre o preço já tributado pela União, pesando ainda mais no bolso dos consumidores.

Do outro lado dessa disputa está o varejo brasileiro. Representantes das empresas nacionais reclamam da isenção fiscal concedida pelo Ministério da Fazenda às estrangeiras nos casos de compras abaixo de US\$ 50. As companhias temem que a medida possa afetar a competitividade do mercado interno.

A alíquota zerada no Imposto de Importação nesses casos foi anunciada após a publicação da Portaria 612/2023, assinada pelo mi-

nistro Fernando Haddad. Isso vale para envios feitos tanto por empresas, quanto por pessoas físicas.

A isenção do imposto federal nas remessas de baixo valor é o grande trunfo do governo para conseguir a adesão das empresas estrangeiras ao programa Remessa Conforme. O programa incentivará as plataformas a declarar a importação e pagamento dos tributos federal e estadual antes do envio das mercadorias.

A ideia é que os produtos com documentação correta entrem no Brasil sem a necessidade da tributação ser feita no controle aduaneiro. Nesses casos, o consumidor é notificado do bloqueio da remessa e apenas após pagar o imposto, a correspondência é liberada.

Vinicius Barboza/Folhapress

Política

Lula diz que não adianta olhar apenas o PIB e fundos não são para fazer superávit



O presidente Lula (PT) disse, na quarta-feira (12), que não adianta ficar olhando apenas o PIB (Produto Interno Bruto), se não há distribuição equitativa do crescimento.

O chefe do Executivo também disse que fundos constitucionais não são para fazer superávit, mas para investir, e pediu à ministra do Planejamento, Simone Tebet, um levantamento geral dos fundos.

“Não adianta a gente ficar olhando apenas o PIB, cresceu 10%, 14%, 30%, se o resultado desse PIB não é distribuído de forma equitativa entre a totalidade da população. Se você cresce 1% e distribui 1%, vale mais do que ter 10% e não distribuir

nenhum”, disse o presidente, em seu discurso.

A declaração foi dada na chegada à solenidade no Palácio do Planalto de entrega da Ordem Nacional do Mérito Científico e da retomada do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT).

Lula disse também, ao solicitar o levantamento para Simone, que desde o seu primeiro governo, em 2003, falou em utilizar recursos de fundos constitucionais guardados para fazer superávit na balança comercial.

“Os fundos não foram criados pelo Senado Federal para fazer superávit, foram criados para investir em áreas. Vamos ter que começar a rever, senão Congresso Na-

cional não precisa mais criar fundo”, afirmou.

Em 1º de junho, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgou que o PIB teve alta de 1,9% ante o quarto trimestre de 2022, de janeiro a março deste ano.

O crescimento da economia brasileira foi acima do previsto no primeiro trimestre de 2023, com impulso da agropecuária, que acabou mascarando o fôlego menor do consumo e a fraqueza dos investimentos produtivos em meio ao cenário de juros altos.

O resultado surpreendeu analistas ao ficar acima da mediana das projeções, que indicavam alta de 1,3%, segundo a agência Bloomberg.

Nathalia Garcia/Folhapress

Simone Tebet diz que setor de serviços virou ‘pedregulho’ no caminho da tributária



A ministra do Planejamento, Simone Tebet, disse na quarta-feira (12) que o setor de serviços virou “pedregulho” no caminho da Reforma Tributária no Senado.

A declaração foi dada na chegada à solenidade no Palácio do Planalto de entrega da Ordem Nacional do Mérito Científico e da retomada do CCT (Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia).

“Os pontos conflituosos, vamos dizer assim, muitos deles já foram resolvidos pela Câmara. Tínhamos dois problemas: a casa da federação um problema com governo e estados. Estados que produzem versus estados que consomem, isso, pela transição longa e gradual, praticamente

Diretores indicados por Lula, Galípolo e Ailton Aquino tomam posse no BC

Indicados pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao Banco Central, Gabriel Galípolo e Ailton Aquino tomaram posse de seus novos cargos na manhã da quarta-feira (12). O ex-secretário-executivo da Fazenda assume o comando da diretoria de Política Monetária, enquanto o servidor de carreira passa a chefiar a diretoria de Fiscalização.

A dupla poderá agora participar do próximo encontro do Copom (Comitê de Política Monetária), responsável por calibrar o patamar da taxa básica de juros (Selic) hoje fixada em 13,75% ao ano.

Na reunião agendada para os dias 1º e 2 de agosto, há expectativa de que o colegiado do BC, formado pelo presidente (Roberto Campos Neto) e pelos oito diretores da instituição, inicie o ciclo de corte de juros. O atual patamar da Selic é alvo de críticas por parte de membros do Executivo e do Legislativo.

Os nomes dos novos diretores foram aprovados em sabatina no Senado no último dia 4. No plenário, Galípolo recebeu 39 votos a favor, 12 contra e uma abstenção. Já Aquino foi aprovado pelos parlamentares por 42 votos a favor, 10 contra e uma abstenção.

Nome de confiança de Lula, Galípolo precisará se equilibrar entre a autonomia legal do BC e a missão creditada a ele de colaborar para a redução dos juros, como pleiteada pelo governo petista.

Durante a sabatina na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos), o ex-número 2 da Fazenda afirmou aos senadores que diretores da autarquia não devem opinar sobre a autonomia do BC, mas disse que é “a vontade das urnas” que determina o destino econômico do país. Em entrevista à Folha, Galípolo disse que Lula é “o único que dá opinião, tendo 60 milhões de votos.”

Folhapress



resolve 80% dos conflitos, ficam alguns pontos menores”, disse a ministra a jornalistas.

“Acredito que o segundo ponto conflituoso, esse sim vai requerer ainda muito diálogo, audiência pública, debate, em relação a alguns setores de serviços. Essas foram sempre as duas grandes pedras no caminho da tributária no senado: uma virou pedregulho, a outra é uma pedra de menor tamanho”, completou.

A PEC (proposta de emenda à Constituição) da Reforma Tributária foi aprovada na Câmara dos Deputados na semana passada, após mais de 30 anos de discussão no Congresso Nacional.

O texto-base da proposta foi aprovado em primeiro tur-

no, na noite de quinta (6), por 382 deputados mais do que os 308 votos necessários para aprovar uma alteração constitucional. Foram 118 votos contrários e 3 abstenções.

A iniciativa ainda será discutida com os demais senadores, mas é concebida como uma tentativa de reduzir uma das principais incertezas que rondam o texto aprovado pela Câmara: qual será a alíquota final incidente sobre cada atividade.

A ministra classificou ainda nesta quarta ser importante que senadores mexam e aperfeiçoem o texto. “O sistema é bicameral, [o Senado é] a casa da reflexão, da experiência, sempre contribui”.

Marianna Holanda/Folhapress



Primeira Unidade de Agricultura e Pecuária é inaugurada em Mato Grosso



O ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, inaugurou, segunda (10) a primeira Unidade Técnica Regional de Agricultura e Pecuária (UTRA) descentralizada, em Sorriso (MT). O escritório do ministério vai disponibilizar serviços da pasta com objetivo de ficar mais próximo o do produtor rural e da agroindústria da região.

A unidade mato-grossense será responsável pelos serviços de controle de produção, garantia de qualidade e promoção do desenvolvimento regional de 50 municípios, em uma região que se estenderá do Xingu até Sapezal.

Em entrevista coletiva, o ministro Carlos Fávaro destacou que a escolha de Sorriso para sediar a primeira UTRA

deve-se à relevância do município, no cenário do agro brasileiro. “É uma cidade polo de desenvolvimento sustentável, que representa a essência da agropecuária brasileira, com a integração não só da soja, do milho, mas, para verticalização da nossa produção. A região merece esse apoio mais constante”.

O ministro revelou que havia a dificuldade de contratação de pessoal para trabalhar na unidade descentralizada, o que inviabilizava a inauguração da UTRA de Sorriso. Mas, que o problema foi superado, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. “Nesse ano, o governo do presidente Lula lançou um concurso para servidores públicos que permitiu, então, que a gente começasse a avançar na descentralização”.

“Estamos avançando com as descentralizações para levar o ministério mais perto das regiões produtoras, para que os processos sejam mais rápidos, céleres, eficientes, dando mais competitividade à produção agropecuária do país”, destacou o ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro.

O ministro da Agricultura e Pecuária adiantou que o governo federal vai continuar descentralizando os serviços do ministério para beneficiar o agronegócio brasileiro, com outras unidades do Mapa no Mato Grosso. “É um processo natural: a gente colocar o ministério mais perto, com agrônomos e veterinários mais perto da produção e, com isso, descentralizar e dar mais agilidade”.

Fabiola Sinimbu/ABR

ApexBrasil lança projeto para promover exportações de farelo de milho



A Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) e a União Nacional do Etanol de Milho (Unem) lançaram, na segunda-feira (10), em Sorriso, Mato Grosso, o Projeto Setorial de Promoção das Exportações de Farelo de Milho DDG/DDGS 2023-2025.

Os DDGS/DDG (dried distillers frains ou grãos secos de destilaria) são gerados a partir da produção do etanol do milho e são fontes de nutrientes para alimentação de ruminantes, suínos, aves, peixes e camarão.

O projeto anunciado faz parte da estratégia do Brasil de promover o etanol como alternativa energética

Saiba como declarar o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural

Na terça-feira (11), a Receita Federal publicou, no Diário Oficial da União, as regras para a Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (DITR) de 2023. O prazo para a prestação de contas começa no dia 14 de agosto e os proprietários de imóvel rural têm até o dia 29 de setembro para declarar e evitar multas.

A apresentação da DITR é obrigatória para pessoas físicas e jurídicas que tenham imóvel rural e deve ser apresentada na forma de dois formulários, o Documento de Informação e Atualização Cadastral do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (Diac) e o Documento de Informação e Apuração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (Diat).

A prestação de contas é obrigatória mesmo para quem recebeu ou deixou de ter a propriedade do imóvel, no ano de 2023.

Para entregar a documentação, é necessário baixar, pela internet, o Programa Gerador da Declaração do ITR relativo ao exercício de 2023 (Programa ITR 2023), no site da Receita Federal.

Na declaração, para excluir áreas não tributáveis, é necessário preencher e informar ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) o Ato Declaratório Ambiental (ADA). Outro dado que também deve ser informado é o número do recibo de inscrição do Cadastro Ambiental Rural (CAR).

O recibo que comprova a apresentação da DITR é gerado pelo programa, logo após a transmissão. O documento pode ser gravado no disco rígido do computador, ou em mídia USB, e deve ser impresso, no caso em que o contribuinte optar por fazer a entrega do documento diretamente em uma unidade da Receita Federal. Fabiola Sinimbu/ABR



e contribuir para a sustentabilidade ambiental global. A parceria de dois anos entre a ApexBrasil e a Unem pretende também agregar valor às exportações do agronegócio e aumentar a oferta de farelo de milho para nutrição animal, como resultado da produção de etanol de milho, cultivado na segunda safra do grão. A safrinha é plantada após a colheita da safra principal, na mesma área, dentro do mesmo ano agrícola.

O projeto lançado na segunda-feira teve apoio do Ministério da Agricultura e Pecuária. No evento, o ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, declarou que a medida anunciada demonstra o potencial de expansão do setor agropecuário do país.

“A agropecuária brasileira, que já é gigante, tem competência para continuar crescendo e se desenvolvendo além das fronteiras brasileiras. Nós produzimos energia renovável e sustentável e podemos produzir muito mais, dentro de um ciclo de aproveitamento da produção”.

De acordo com a ApexBrasil, a crescente disponibilidade do farelo de milho DDG/DDGS leva à redução de preço, tornando-o uma alternativa mais atrativa em relação a outras fontes proteicas. O presidente da ApexBrasil, Jorge Viana, destacou que, além de contribuir com uma opção eficiente na alimentação animal global, o Brasil fortalece a cadeia produtiva do etanol. Daniella Almeida/ABR



Nest Holding e Participações S.A.

CNPJ/MF em Constituição
Ata de Assembleia Geral de Constituição

Data, Hora e Local: Aos 31/05/2023 às 10h00min., em Bragança Paulista-SP. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Maria Eduarda de Martino Junqueira Franco; e Secretário: Antonio Junqueira Franco. **Deliberações da Ordem do dia, aprovadas por unanimidade de votos:** (a) A constituição da sociedade por ações de capital fechado a qual terá a denominação de **Nest Holding e Participações S.A.**, e sede no Município de Bragança Paulista-SP, na Al. dos Pinheiros, nº 924, Condomínio Quinta da Baroneza, o objeto social a ser explorado pela Companhia será de "(i) a participação em outras sociedades como acionista, sócia ou quotista, no Brasil e/ou no exterior, (ii) a compra, venda, locação e administração de bens móveis e imóveis próprios", o capital social da Companhia será de R\$ 1.500,00, dividido em 1.500 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e ao preço de emissão de R\$ 1,00 cada uma, totalmente subscritas, neste ato, e parcialmente integralizadas em dinheiro, que integram a presente Ata como Anexo I; (b) A eleição dos membros da Diretoria: **Maria Eduarda de Martino Junqueira Franco**, RG nº 50.742.122 SSP/SP, CPF/ME nº 458.754.368-32, para o cargo de Diretora Presidente; e **Antonio Junqueira Franco**, RG nº 50.742.121-8 SSP/SP, CPF/ME nº 236.043.588-41, para o cargo de Diretor Financeiro. O mandato dos Diretores, ora eleitos, terá duração de 3 anos, sendo permitida sua reeleição, nos termos do Estatuto Social da Companhia; i. Os Diretores ora eleitos declaram sob as penas da Lei, não estarem incursos em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que os impeçam de exercer atividades mercantis. (c) O Estatuto Social, constante no Anexo III da presente Ata, que irá reger os atos da Companhia, sendo arquivado na JUCESP, para que possa surtir os seus regulares efeitos jurídicos. **Encerramento:** Nada mais. Bragança Paulista, 31/05/2023. **Maria Eduarda de Martino Junqueira Franco** – Presidente da Mesa; **Antonio Junqueira Franco** – Secretário da Mesa. **Visto do Advogado: Fabiano Lourenço de Castro** – OAB/SP nº 130.932. **Anexo III – Estatuto Social. Capítulo I – Da Denominação, da Sede, do Objeto e do Prazo de Duração. Artigo 1º.** A Nest Holding e Participações S.A., é uma sociedade por ações de capital fechado e será regida por este Estatuto Social, pela Lei nº 6.404/1976 ("Lei das Sociedades por Ações") e por outras normas aplicáveis a esse tipo societário ("Companhia"). **Artigo 2º.** A Companhia terá sede e foro no Município de Bragança Paulista, Estado de São Paulo, na Alameda dos Pinheiros, nº 924, Condomínio Quinta da Baroneza, CEP 12918-038, podendo, por deliberação da Diretoria, criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social: (i) a participação em outras sociedades como acionista, sócia ou quotista, no Brasil e/ou no exterior, (ii) a compra, venda, locação e administração de bens móveis e imóveis próprios. **Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II – Do Capital Social e das Ações. Artigo 5º.** O capital social, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, em moeda corrente nacional, é de R\$ 1.500,00, dividido em 1.500 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, podendo ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral. **Artigo 6º.** Os Acionistas terão preferência para subscrição do aumento de capital, na proporção do número de ações que possuírem, referido direito deverá ser exercido dentro de 30 dias, contados da publicação da ata de Assembleia Geral que o tiver deliberado ou da publicação do aviso que resume as deliberações tomadas. **Artigo 7º.** Cada ação ordinária dará direito a 1 voto nas deliberações das Assembleias Gerais das Acionistas. **Artigo 8º.** As ações não poderão ser dadas em garantia de obrigações contraídas pelos acionistas. **Capítulo III – Das Assembleias Gerais. Artigo 9º.** As Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias serão convocadas pelo Diretor Presidente, ou por acionistas que representem mais da metade do capital social, quando o Diretor retardar por mais de 60 dias tal convocação. **Artigo 10.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro de 4 meses a contar da data de encerramento do exercício social, a fim de deliberar acerca das matérias previstas no Artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações, e extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem. **Parágrafo único.** Os Acionistas poderão ser representados na Assembleia Geral por procurador, o qual poderá ser outro Acionista,

Administrador da Companhia ou advogado, devidamente credenciados por instrumento de mandato. **Artigo 11.** As Assembleias Gerais serão instaladas e presididas por qualquer Diretor e secretariadas por qualquer Acionista ou Diretor. **Artigo 12.** As Assembleias Gerais instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de 100% dos Acionistas com direito de voto, que a representem, e em segunda convocação instalar-se-ão com, no mínimo, 85% das ações com direito a voto. **Artigo 13.** As deliberações das Assembleias Gerais, ressalvadas as exceções previstas neste Estatuto Social ou na lei, serão tomadas por, no mínimo 70% do total das ações com direito a voto, não se computando os votos em branco. **Parágrafo único.** Qualquer que seja o quórum de instalação da Assembleia Geral, o quórum mínimo de deliberação estipulado neste artigo será considerado do total das ações com direito a voto, independentemente da presença ou não dos Acionistas na Assembleia Geral. **Capítulo IV – Da Administração. Artigo 14.** A administração da Companhia compete à Diretoria, na forma da lei aplicável, de acordo com este Estatuto Social e com o Acordo de Acionistas arquivado em sua sede, quando houver. **Capítulo V – Da Diretoria. Artigo 15.** A Diretoria é composta por no mínimo 2 membros, sendo 1 Diretora Presidente e 1 Diretor Financeiro, podendo ser acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, com mandato de 3 anos, permitida a reeleição. **Artigo 16.** A investidura dos Diretores far-se-á por subscrição destes no competente Termo de Posse, sendo que findo o mandato, estes permanecerão em seus cargos até a eleição e posse dos novos diretores, ficando, consequentemente, ratificados todos os atos praticados por eles nesse período. **§ 1º.** Competirá aos Diretores remanescentes substituir o outro em caso de vacância, ausência ou impedimento por um período não superior a 60 dias corridos. Findo esse período, dever-se-á eleger novo Diretor por meio de Assembleia Geral. **§ 2º.** Os Diretores receberão a remuneração, a ser fixada pela Assembleia Geral e de acordo com os critérios estabelecidos em lei. **§ 3º.** A Diretoria e cada Diretor, individualmente, deverão sempre observar a lei, este Estatuto Social, o Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, as decisões da Assembleia Geral, bem como na legislação societária aplicável. **Artigo 17.** Aos Diretores competirá, em conjunto: **a)** administrar e gerir os negócios da Companhia; **b)** cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social, as deliberações da Assembleia Geral e os Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia; **c)** praticar todos os atos de comércio e de obtenção de concessão de crédito, como comprar, vender, dar em penhor e caucionar bens móveis, veículos, mercadorias e títulos, assinando os respectivos termos e documentos; **d)** alienar, onerar e adquirir bens imóveis, assinando os respectivos contratos e escrituras públicas ou particulares; **e)** contrair empréstimos e assumir obrigações, inclusive concedendo avais e fianças, em nome da Companhia, emitindo notas promissórias, sacando e aceitando letras de câmbio, firmando compromissos, acordos, contratos e outros documentos assemelhados que envolvam responsabilidade social; **f)** confessar dívidas, disputar, renunciar ou transigir direitos e fazer acordos de qualquer espécie; **g)** representar a Companhia em todos os atos necessários perante todas as repartições públicas, federal, estadual e municipal, suas delegacias e postos fiscais, bem como junto a autarquias, inclusive o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Receita Federal do Brasil (RFB), Delegacia Regional do Trabalho (DRT), Departamento de Trânsito (DETRAN) e Secretarias da Fazenda dos Estados (SEFAZ); **h)** transigir, desistir, firmar compromissos e dar quitação; emitir, aceitar e endossar cambiais, notas promissórias e duplicatas; **i)** abrir, encerrar e movimentar contas bancárias, podendo emitir, sacar e endossar cheques, bordereós e ordens de pagamento; requisitar e retirar talões de cheques; receber valores, dando quitação; realizar demais operações bancárias da Companhia; **j)** admitir, demitir e transferir funcionários; assinar suas carteiras de trabalho, contratos, termos de rescisão e demais documentos decorrentes da legislação do trabalho e da seguridade social; **e)** representar a Companhia em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, podendo receber citações. **Parágrafo único.** A Assembleia Geral poderá conferir aos Diretores atribuições adicionais, suplementarmente ao presente Estatuto Social. **Artigo 18.** Qualquer procuração outorgada pela Companhia deverá ser assinada, em conjunto, pelos Diretores, especificando os poderes conferidos e o prazo de validade, que não deverá exceder a 1 ano, exceto procurações que outorguem poderes da cláusula "ad judicia" e "et extra", e poderão ser por prazo indeterminado. **Artigo 19.** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor, procurador ou funcionário que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer garantias em favor de tercei-

ros, salvo quando expressamente autorizados pelos Acionistas reunidos em Assembleia Geral. **Capítulo VI – Do Conselho Fiscal. Artigo 20.** Fica facultado em Assembleia Geral, mediante pedido dos Acionistas, constituir ou não o Conselho Fiscal, quando entender necessário, o qual será composto por 3 membros efetivos e seus respectivos suplentes. **Capítulo VII – Do Direito de Preferência. Artigo 21.** O Acionista que pretender alienar suas ações, representativas do capital social da Companhia, deverá dar preferência o outro Acionista, mediante aviso por carta ou e-mail com confirmação de recebimento, indicando o preço e a condição de pagamento. Dentro do prazo de 60 dias, a contar do recebimento da comunicação sobre a intenção de alienação de ações da Companhia, o outro Acionista poderá exercer o direito de preferência na aquisição de ações, na proporção da participação que possuir na Companhia, observando-se, no que couber, o Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, quando houver. **Capítulo VIII – Do Exercício Social e dos Resultados. Artigo 22.** O exercício social terá início em 1º de janeiro e encerramento em 31 de dezembro de cada ano, findo o qual será levantado o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras, conforme a legislação vigente. **Parágrafo único.** As demonstrações financeiras elaboradas ao final de cada exercício social deverão refletir a situação financeira, os resultados e operações da Companhia relativos ao exercício findo, e poderão ser auditadas por uma empresa de auditores independentes, devidamente habilitada a funcionar no país, escolhida pela Assembleia Geral. **Artigo 23.** Toda a escrituração, livros e contabilidade serão elaborados, escriturados em conformidade com práticas e princípios contábeis normalmente aceitos, aplicados consistentemente. **Parágrafo único.** Todos os livros, a contabilidade e balanços da Companhia serão mantidos e arquivados nos escritórios centrais de sua sede ou filial. **Artigo 24.** Do resultado apurado em cada exercício social, após a dedução dos prejuízos acumulados e da provisão para o imposto de renda, 5% serão aplicados na constituição da reserva legal, a qual não excederá o montante de 20% do capital social, e 25% serão distribuídos como dividendos obrigatórios aos Acionistas. O saldo, se houver, terá aplicação que lhe destinar a Assembleia Geral. **Parágrafo único.** Os Acionistas acordam que a distribuição de dividendos será paga dentro do prazo estipulado pela Assembleia Geral que os declarar. **Artigo 25.** A Assembleia Geral poderá deliberar, a qualquer tempo, a distribuição de dividendos à conta de reserva de lucros pré-existentes ou à conta de lucros acumulados ou, ainda, à conta de lucros evidenciados em balanços intermediários e que tenham sido incorridos pela Companhia no exercício social em curso. **§ 1º.** A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas constituídas em balanços intermediários. **§ 2º.** A Companhia poderá distribuir antecipadamente os lucros apurados através de escrituração contábil regular, ainda que por conta de período base não encerrado. **Capítulo IX – Da Dissolução e da Liquidação. Artigo 26.** Em caso de dissolução da Companhia, qualquer que seja o motivo, a Assembleia Geral deverá designar 1 ou mais liquidantes e determinar suas atribuições, estabelecendo a forma de liquidação, observadas as disposições legais. **Capítulo X – Do Acordo de Acionistas. Artigo 27.** Os Acordos de Acionistas celebrados, ou que venha a ser futuramente celebrados, pelos Acionistas, deverão ser devidamente arquivados na sede da Companhia para que sejam por ela observados. **§ 1º.** A administração da Companhia zelará pela observância dos acordos de acionistas, devendo praticar todos os atos assim necessários, incluindo, sem limitação a obrigação dos administradores de se absterem de registrar quaisquer transferências ou operações de atos contrários aos seus termos. **§ 2º.** A administração da Companhia deverá observar a obrigação do presidente de Assembleia Geral da Companhia de declarar a nulidade do voto proferido em contrariedade com as disposições do Acordo de Acionistas, abstendo-se de computar os votos assim proferidos. **Capítulo XI – Das Disposições Gerais. Artigo 28.** Qualquer dúvida na interpretação deste Estatuto deverá ser decidida pela Assembleia Geral, competindo-lhe decidir, também, sobre os pontos omissos. **Artigo 29.** Caso venha a ser decretada a nulidade de determinada cláusula, condição ou obrigação deste Estatuto Social, tal nulidade somente afetará referida cláusula, condição ou obrigação, conforme o caso, permanecendo todos os demais em pleno vigor e produzindo os respectivos efeitos de direito. **Capítulo XII – Do Foro. Artigo 30.** Os Acionistas elegem o foro da Comarca de Bragança Paulista, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Estatuto, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Visto do Advogado: **Fabiano Lourenço de Castro** – OAB/SP nº 130.932. JUCESP – Registrado sob o NIRE 35.300.618.769 em 05/07/2023. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Juros reverterem baixa da manhã pós-CPI e sobem no fim da sessão



Depois de passarem boa parte da sessão em baixa, pressionadas pela mudança na trajetória esperada para os juros dos Estados Unidos e pela queda do dólar ante o real, as taxas de Depósito Interfinanceiro (DI) subiram nos contratos com vencimento mais distante, se ajustando a dados e notícias que sugerem taxas mais altas à frente, mas ficaram praticamente estáveis na ponta mais curta da curva, que cristaliza as expectativas do mercado para o movimento da Selic, a taxa básica de juros, e está menos propensa a quedas.

Segundo Carlos Hotz, planejador financeiro e sócio-fundador da A7 Capital, a movimentação das taxas de juros mais curtas é limitada

pela expectativa consolidada de que o Banco Central vai cortar os juros nos próximos meses e derrubar a Selic para perto de 12,00% ao ano até o final de 2023, ante os 13,75% atuais.

“Muita coisa desta expectativa está embutida no preço. Tem pouco prêmio na curva para movimentações”, disse ele, acrescentando que as taxas de contratos de DI com vencimento mais próximo podem ser mais movimentadas com maior amplitude caso o mercado passe a ver mais chances de um corte de 0,50 ponto percentual na Selic em agosto.

Atualmente, diz ele, a precificação aponta para uma redução menos intensa, de 0,25 ponto percentual.

A A7 Capital, porém, é uma das instituições financeiras

que espera corte de 0,50 ponto percentual da Selic em agosto, mesmo depois de dados divulgados terça mostrarem aceleração da inflação no setor de serviços.

Houve ainda influência da cena externa mais cedo. O CPI americano avançou 0,2% em junho ante maio, abaixo do que indicava a mediana da pesquisa Projeções Broadcast (0,3%), enquanto o núcleo do índice avançou 0,2% – também menos do que o previsto (0,3%). Como resultado, a maior parte do mercado (40,4%) espera que o Fed promova um corte de 25 pontos-base nos juros americanos já em março de 2024, após elevá-los à faixa de 5,25%-5,50% este mês, segundo o CME Group.

IstoÉDinheiro

Ibovespa devolve ganhos e sobe apenas 0,09%, aos 117,6 mil pontos

Em dia de vencimento de opções sobre o índice, o Ibovespa devolveu grande parte do ânimo visto pela manhã, quando a leitura comportada sobre a inflação ao consumidor nos Estados Unidos (CPI) em junho reforçou a percepção de que o ciclo de elevação dos juros na maior economia do globo esteja próximo de nova pausa, após a reunião do Federal Reserve no fim deste mês, quando a taxa de referência deve ser elevada em 25 pontos-base e, provavelmente, mantida até o fim do ano.

Assim, em Nova York, os ganhos da quarta-feira chegaram a 1,15% no Nasdaq – índice americano mais exposto à tendência de curto prazo dos juros –, enquanto o Ibovespa, muito comedido no fechamento, subiu apenas 0,09%, a 117.666,49 pontos, tendo chegado a 119.156,48 na máxi-

ma do dia, saindo de mínima na abertura aos 117.557,13.

Reforçado pelo vencimento de opções sobre o Ibovespa, o giro financeiro subiu a R\$ 55,5 bilhões na sessão. Na semana, o índice de referência da B3 ainda cede 1,04%, negativo em 0,36% no mês – em 2023, sobe 7,23%.

“O Ibovespa teve acomodação ao longo da tarde após o entusiasmo da manhã, com a leitura sobre a inflação nos Estados Unidos. O índice da B3 tem operado em modo de consolidação, mostrando firmeza acima dos 116 mil pontos, mas também dificuldade para superar resistência em torno dos 121 mil pontos”, diz Alex Carvalho, analista da CM Capital, mencionando topos de abril e de outubro de 2022, em que o Ibovespa também encontrou dificuldade na região dos 120,5 mil pontos como visto recentemente, em junho.

IstoÉDinheiro



Limites para o desmate legal

Em % da propriedade

Amazônia legal



Área de cerrado



Campos gerais



Florestas públicas não destinadas

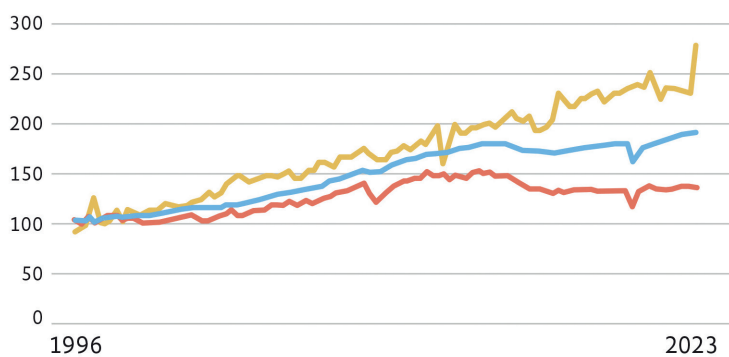
■ Áreas públicas não destinadas
Equivalentes ao tamanho da Espanha



PIB agrícola é o que mais cresce

Dados dessazonalizados (1995 = 100)

■ Agropecuária
■ Serviços
■ Indústria



Fontes: Senado Federal/Código Florestal, Ipam e IBGE, elaboração MB Associados

Cotação das moedas

Coroa (Suécia) - 0,462	Peso (Chile) - 0,005933
Dólar (EUA) - 4,8058	Peso (México) - 0,2852
Franco (Suíça) - 5,5392	Peso (Uruguai) - 0,1261
Iene (Japão) - 0,03477	Yuan (China) - 0,6707
Libra (Inglaterra) - 6,2437	Rublo (Rússia) - 0,05311
Peso (Argentina) - 0,01821	Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,3455

Ville Capital Agente Autônomo de investimentos Ltda.

CNPJ/MF nº 42.861.100/0001-52
Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária
Ficam os sócios da **Ville Capital Agente Autônomo de investimentos Ltda.**, convocados a se reunirem na Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se em 21/07/2023, às 11h00, em primeira convocação, e às 11h30, em segunda convocação, na sede social, instalando-se com a presença, em primeira convocação, de no mínimo 3/4 do capital social da Sociedade e, em segunda convocação, com qualquer número, a fim de deliberarem sobre a exclusão, por justa causa, do sócio **Leonardo Matheus Nunes dos Santos** do caput e § 1º do artigo 1.085 do Código Civil, das Cláusulas 7.6 e seguinte, e 13.2 e seguintes do Acordo de Sócios da Sociedade, e Cláusula 23º do Contrato Social da Sociedade, por colocarem em risco a continuidade da Sociedade. São Paulo/SP, 12/07/2023. **Bruno Coleti** – Administrador. (13, 14 e 17/07/2023)

CAEPA – Companhia de Água e Esgoto de Paraibuna S.A.

CNPJ/ME nº 22.467.235/0001-20 – NIRE 35.300.478.118
Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária
Ficam convocados os Senhores Acionistas para participar da AGE, que se realizará no dia 24/07/2023, às 14:00h, na sede da Acionista da Companhia, GS Inima do Brasil Ltda., em São Paulo/SP, na Rua Joaquim Floriano, 913, 6º andar, Bairro Itaim Bibi. **Ordem do Dia:** Análise e deliberação sobre a contratação de mútuo entre a Companhia e seus Acionistas. Paraibuna, 12/07/2023. **Paulo Roberto de Oliveira** – Presidente do Conselho de Administração. (12, 13 e 14/07/2023)

São Francisco Sistemas de Saúde Sociedade Empresária Limitada

CNPJ/MF nº 01.613.433/0001-85 (Sociedade)
Edital de Convocação – AGO 19 de julho de 2023
Ficam convocados os sócios da Sociedade para participar da **Assembleia Geral Ordinária (AGO)** a se realizar de **forma presencial na sede da Sociedade**, no município de Ribeirão Preto, estado de São Paulo, na av. Portugal, nº 545, 3º andar, sala 2, em primeira convocação, no dia **19/07/2023**, às 10:00 horas. **Ordem do Dia:** deliberar sobre (i) Exame, discussão e aprovação das Demonstrações Financeiras da Sociedade referentes ao exercício social findo em 31/12/2022, acompanhadas do relatório da administração e do relatório dos auditores independentes, deliberando, ainda, pela isenção dos diretores da Sociedade de qualquer responsabilidade pela não convocação da presente assembleia; e (ii) Exame, discussão e aprovação da destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2022, se houver. **Documentação necessária para participação:** documento de identificação do sócio ou seu representante legal. Caso o sócio seja representado por procurador, enviar o instrumento de mandato na forma da lei e do contrato social com antecedência mínima de 24 horas para o e-mail: societario@hapida.com.br. **Documentos Disponibilizados:** a documentação relacionada às matérias da ordem do dia estará disponível no link: https://hapida-my.sharepoint.com/:f:/g/personal/lorena_costa_hapida_com_br/ElbMG1Y5WkiEiBEPqJ-BRYxYBWOQ4voNHgHCvNFZKCGU-w?e=KCrZg. Ribeirão Preto/SP, 12/07/2023. **Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima**. (12, 13 e 14/07/2023)

Bioactive Biomateriais S.A.

CNPJ/ME nº 09.474.192/0001-42 – NIRE 35.300.471.385
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
1. Data, horário e formato da Assembleia: Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada sob a forma digital nos termos da Instrução Normativa DREI nº 79, de 14 de abril de 2020, em primeira convocação, no dia 21 de julho de 2023, às 10:00 horas. **2. Local - endereço eletrônico da Assembleia:** A reunião será instalada no endereço eletrônico a seguir, onde os acionistas poderão participar, discutir e proferir seus votos (caso não tenham enviado boletim de voto à distância com antecedência): <http://bit.ly/3pDrQb5>. **3. Documentos para computo da Presença dos Acionistas:** Para que os acionistas sejam considerados presentes à assembleia deverão enviar, com a devida antecedência, o seguinte documento por e-mail ao endereço eletrônico ri@bioactive.com.br ou em via física para o endereço da sede da Companhia, aos cuidados do Sr. Pedro Mansur Fidelix: procuração outorgada nos termos do art. 126, § 1º da Lei nº 6.404/76, caso o acionista pretenda ser representado por procurador na assembleia. Tal documento deve ser recebido no prazo máximo de 30 minutos antes do início da assembleia, sob pena do acionista não ser considerado presente ao conclave, ressalvadas as exceções constantes do art. 5º da Instrução Normativa DREI nº 79. **4. Compu do voto dos Acionistas:** A votação a distância dos acionistas pode ocorrer mediante o envio de boletim de voto a distância e/ou mediante atuação remota, via sistema eletrônico, no momento da assembleia. O boletim de voto a distância será enviado aos acionistas na data da primeira publicação desta convocação, por e-mail ou por correio, no endereço eletrônico ou físico de cada acionista constante dos arquivos da Companhia. O boletim de voto a distância deve ser devolvido à companhia no mínimo 5 (cinco) dias antes da data da realização do conclave por e-mail ao endereço eletrônico ri@bioactive.com.br, ou em via física para o endereço da sede da Companhia, aos cuidados do Sr. Pedro Mansur Fidelix. **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (1) **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) aprovação das contas dos administradores, o relatório da administração da Companhia e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (ii) eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, na forma do Artigo 7º, parágrafo 1º, do Estatuto Social da Companhia; (2) **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (iii) Aprovar o aumento do limite do programa de compensação estratégica de executivos e prestadores de serviços em ações, bônus de subscrição, opção de compra, entre outros, atualmente de 80.000 (oitenta mil) de ações para 150.000 (cento e cinquenta mil) de ações, sendo certo que a gestão do programa permanecerá de competência do Conselho de Administração nos termos do artigo 70, parágrafo 20, item "xiv", do Estatuto Social da Companhia. **6. Publicação:** Ficam os Senhores informados que este Edital de Convocação será publicado em jornal no dia 11 de julho de 2023, sem prejuízo de seu envio por e-mail a todos os acionistas contrarrecibo. **Pedro Mansur Fidelix** – Presidente do Conselho de Administração. (11, 12 e 13/07/23)

Quebrando o Tabu Mídia Digital S.A.

CNPJ/MF nº 28.927.099/0001-90 – NIRE 35.300.509.820
Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária
O Diretor Presidente da **Quebrando o Tabu Mídia Digital S.A.** ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.927.099/0001-90, no uso das atribuições conferidas pelo Estatuto Social, convoca todos os acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 19 de julho de 2023, na sede da Companhia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Alameda França, 1423, sala 2, Jardim Paulista, CEP 01.422.005, a fim de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Destituição da Diretora sem Designação Específica, Sra. **Fernanda Fraga dos Santos Flandoli**. São Paulo, 11 de julho de 2023. Atenciosamente, **Quebrando o Tabu Mídia Digital S.A.** p. Carlos Eduardo Naufal Ciampolini – Diretor Presidente. (11, 12 e 13/07/2023)

Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL São Paulo

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC - R\$ 4,8052 / R\$ 4,8058 **
Câmbio livre mercado - R\$ 4,8170 / R\$ 4,8190 *
Turismo - R\$ 4,9100 / R\$ 5,0090
(*) cotação média do mercado
(**) cotação do Banco Central
Variação do câmbio livre mercado no dia: -0,86%

OURO BM&F
R\$ 298.5

BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação: 0,09%
Pontos: 117.666
Volume financeiro: R\$ 55,642 bilhões
Majores altas: JBS ON (9,05%), B3 ON (2,30%), Gerdau PN (2,09%)
Majores baixas: Pão de Açúcar ON (-5,82%), Meliuz ON (-4,42%), Azul PN (-4,28%)
S&P 500 (Nova York): 0,74%
Dow Jones (Nova York): 0,25%
Nasdaq (Nova York): 1,15%
CAC 40 (Paris): 1,57%
Dax 30 (Frankfurt): 1,47%
Financial 100 (Londres): 1,83%
Nikkei 225 (Tóquio): -0,81%
Hang Seng (Hong Kong): 1,08%
Shanghai Composite (Xangai): -0,78%
CSI 300 (Xangai e Shenzhen): -0,67%
Merval (Buenos Aires): 2,08%
IPC (México): -0,34%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO
IPCA/IBGE
Março 2023: 0,71%
Abril 2023: 0,61%
Maio 2023: 0,23%
Junho 2023: -0,08%

Negócios

JBS anuncia reestruturação acionária e passará a negociar papéis no Brasil e nos EUA



Preparando um novo salto, a JBS, uma das maiores empresas de alimentos do mundo, anunciou nesta quarta (12) que vai propor a seus acionistas negociar seus papéis tanto na Bolsa de Nova York (EUA) quanto na B3, a Bolsa brasileira, o que se chama dupla listagem.

Para isso, será preciso aprovação em uma assembleia geral de acionistas e obter autorizações junto aos órgãos reguladores a CVM (Comissão de Valores Mobiliários), no Brasil, e a SEC (Securities and Exchange Commission), nos EUA.

Se tudo der certo, as ações hoje negociadas serão trocadas por novos papéis da companhia até o fim deste ano.

Em entrevista à reportagem, o presidente global da JBS, Gilberto Tomazoni, afirmou que o objetivo com essa mudança é destravar valor da companhia, hoje subavaliada na comparação com outras do mesmo ramo.

Esse índice é normalmente obtido dividindo-se o valor de mercado da empresa pelo seu lucro antes de impostos, juros, depreciações e amortizações. Para se ter ideia, na americana Pilgrim's, adquirida pela JBS, esse índice é de 9,3. O da JBS é 5,9.

“Com isso, a gente passa a aumentar nossa capacidade de investimento, tendo acesso a investidores institucionais que só atuam na Bolsa de Nova York”, disse Tomazoni.

Ao ingressar na Nyse, a

JBS terá de demonstrar ter reforçado sua governança, especialmente em relação a regras de lavagem de dinheiro.

Em contrapartida, terá acesso a um mercado apto a comprar mais ações da empresa do que seus Bonds (títulos de dívida), que hoje são sobretaxados em ao menos 1,5% em relação a empresas similares que operam nos EUA.

A empresa avalia que isso vai gerar uma economia no custo financeiro da dívida que hoje é de US\$ 17 bilhões.

“Essa proposta dará mais flexibilidade de emissão de ações para financiar nosso crescimento”, disse Guilherme Cavalcanti, vice-presidente financeiro global e diretor de relações com investidores da JBS.

Julio Wiziack/Folhapress

Empresas sofrem com queda na geração de caixa e alta da despesa financeira

Levantamento mostra que as principais empresas brasileiras vivem um ambiente adverso. As despesas financeiras com a tomada de crédito, como capital de giro para o negócio se manter, cresceram fortemente, enquanto a geração de caixa, que mede a capacidade de colocar dinheiro para dentro do negócio, vem caindo desde o final do ano passado.

Um raio-X desse problema foi divulgado na terça-feira (11) na nota técnica “Riscos de uma crise de crédito e a situação financeira das empresas abertas (II)” produzida pelo Cemec-Fipe (Centro de Estudos de Mercado de Capitais da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas). O estudo considera as demonstrações contábeis de mais de 400 companhias listadas na Bolsa brasileira.

Entre os indicadores avaliados está a relação do custo da despesa financeira e a geração de caixa medida pelo Ebitda, sigla em inglês para lucro antes dos descontos com impostos, juros, amortização e depreciação.

“Se essa relação ficar abaixo de 1, significa que a empresa não gera recursos suficientes para pagar as suas obrigações. Se for 1, empata”, explica Carlos Antonio Rocca, coordenador do Cemec-Fipe. “No conjunto, esse indicador vem caindo desde o final de 2021.”

Segundo o levantamento, essa relação chegou a 3,3 no terceiro trimestre daquele ano e fechou o primeiro trimestre deste ano em 1,8.

A taxa de variação anual da despesa financeira, que representa o custo do crédito, chegou a bater em 68,9% no ano passado e ficou em 36,4% no primeiro trimestre deste ano. Segundo Rocca, ela não vai cair enquanto o Banco Central não reduzir a taxa básica de juros.

A taxa de variação do Ebitda, no entanto, que mede o desempenho das companhias, vem caindo desde o final de 2021 e entrou no terreno negativo desde o final do ano passado. Em 2021, o indicador chegou à marca de 46,6%. Fechou o primeiro trimestre deste ano em -7,1%.

Alexa Salomão/Folhapress

Indústria imita rótulo para driblar veto a propaganda de fórmula, diz Idec



Na era das redes sociais, influenciadores digitais com milhões de seguidores têm sido vistos promovendo, de forma publicitária, fórmulas infantis (leites artificiais) das marcas Nestlé e Danone. Esses produtos divulgados apresentam embalagens que se assemelham às embalagens de produtos cuja propaganda é proibida. Esse assunto tem sido objeto de uma ação legal. As empresas afirmam que seguem a lei e apoiam o aleitamento materno.

Devido à proibição da publicidade de fórmulas infantis, a Nestlé e a Danone têm promovido produtos similares cuja divulgação é permitida: fórmulas destinadas a

crianças a partir de um ano de idade e compostos lácteos, alimentos feitos com leite e outros ingredientes, como óleos vegetais.

No Brasil, a lei proíbe a publicidade de fórmulas infantis para crianças com menos de um ano. Acredita-se que esse tipo de propaganda desestimule o aleitamento materno, assim como a propaganda de chupetas e mamadeiras.

Em junho de 2022, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) apresentou uma ação civil pública contra a Nestlé, a Danone e a Mead Johnson (fabricante da fórmula Enfamil). A ação busca responsabilizar as empresas por práticas de pro-

moção cruzada, que consiste em tornar os rótulos, cores e logotipos semelhantes para associar produtos diferentes. O foco da ação é a suposta propaganda indireta da fórmula para bebês com menos de um ano por meio do rótulo dos compostos lácteos.

Os rótulos e nomes desses produtos são muito parecidos. A fórmula da Nestlé para crianças de até um ano é chamada de Nan, enquanto para crianças a partir de um ano é chamada de Nanlac. O composto lácteo é chamado de Neslac. Na Danone, a fórmula para crianças de até um ano é o Aptamil, enquanto para crianças a partir de um ano é o Aptanutri. O composto lácteo é o Milnutri.

Biznews